

Câmara começa a discutir regulamentação da Reforma Tributária

A reforma tributária, que começou a ser discutida na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, 10, traz uma série de propostas para regulamentação de impostos e está há meses sendo discutida pelos parlamentares e a todo momento, novas sugestões de mudanças são apresentadas.

A ideia é que a famigerada reforma venha a reduzir os cinco principais impostos, sendo três federais, um estadual e um municipal, transformando-os em dois federais, e um para estados e municípios, o que irá gerar impactos para os principais setores da economia.

Hoje, pelas regras do pacto federativo, estados, municípios e a União têm autonomia sobre a arrecadação de recursos e podem decidir sobre a concessão de benefícios fiscais, isenção tributária, entre outros pontos. A implementação de um imposto unificado viria a tirar esta autonomia, e este ponto é um dos entraves para a aprovação da reforma, embora todos concordem que é, sim, preciso que o sistema seja simplificado.

A proposta que começou a ser debatida ontem prevê, entre diversos outros pontos, os alimentos e medicamentos que serão isentos de tributação; e produtos que terão sobretaxa por serem

considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, além do aumento no cashback dos impostos sobre a conta de luz, para consumidores de baixa renda. O pedido do presidente Lula, para incluir as carnes como produtos da cesta básica não entrará na discussão.

Vale salientar aqui que o debate ainda vai longe e a previsão é de somente em 2033 os cinco tributos estejam completamente unificados.

Em Santa Catarina, os principais setores a sentir os impactos da reforma serão o agronegócio e a indústria de alimentos, proteína animal, fármacos e produtos de limpeza, serviços de transporte.



FOTO: AGENCIA BRASIL

Procon na Alesc

A comitiva catarinense liderada pelo governador Jorginho Mello teve uma reunião nesta terça-feira, 9, com o Ministro da Economia português, Pedro Reis. O encontro, que tratou da retomada de um acordo na modernização dos processos administrativos do setor público e na promoção do



FOTO: JOÃO PAULO VIEIRA/SECOM

desenvolvimento econômico sustentável entre Santa Catarina e Portugal, rendeu ainda a confirmação da vinda de uma comitiva portuguesa ao Brasil, que chegará no primeiro voo direto da TAP entre Lisboa e Florianópolis, que ocorrerá no segundo semestre deste ano.

O novo secretário de

Articulação Internacional e Projetos Estratégicos, Paulinho Bornhausen, será o responsável por elaborar a agenda de trabalho da missão portuguesa.

PREF. MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES/SC LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2024 PROCESSO DE LICITAÇÃO 120/2024

O **Município de Vitor Meireles**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Santa Catarina, 2266, Centro, CEP 88.148-000, Vitor Meireles/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 79.372.520/0001-85, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Bento Francisco Silvy, torna público que fará realizar a licitação na modalidade de **LEILÃO ON-LINE**, tipo **MAIOR LANCE**, para venda de bens móveis e imóvel, dentre eles **AUTOMÓVEIS e um TERRENO EDIFICADO**, previstos no item 02 do presente Edital e Anexo Único, a partir da publicação no site www.soleiloes.com.br, com a disputa final de preços a partir das 14h15min do dia 01 de Agosto de 2024. A visita aos bens ocorrerá do dia 29/07/2024 até o dia 31/07/2024, no horário das 09h00min às 11h30min., e das 14h00min às 17h30min. na Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com maiores informações pelo telefone (47) 3258.0211, ou por e-mail compras@vitor-meireles.sc.gov.br. A íntegra do Edital de Leilão Público nº/2024, com as descrições dos bens, preço mínimo e as condições de participação estará disponível nos sites <https://vitormeireles.sc.gov.br/> ou www.soleiloes.com.br. Demais informações poderão também ser obtidas pelos telefones (47) 3258.0211 ou 3364.2828 e (48) 3364.1838 ou (48) 99194.0676 (whatsapp).

Vitor Meireles/SC, 08 de Julho de 2024.

Bento Francisco Silvy
Prefeito Municipal
Município de Vitor Meireles

Crédito Agro

A recuperação de crédito rural desempenha um papel crucial na sustentabilidade financeira do setor agrícola. Devido aos altos riscos associados às condições climáticas variáveis e aos custos de produção flutuantes, muitos produtores, cooperativas e associações rurais dependem do crédito para fortalecer suas operações. Por isso, o advogado Pedro Etchepare, sócio do Núcleo de Agronegócios da Menezes Niebuhr, alerta para a necessidade de manter o crédito livre. Ele destaca que esses créditos não apenas permitem o pagamento dos custos de produção

e a aquisição de insumos essenciais, mas também facilitam investimentos em melhorias que promoverão crescimento econômico e a competitividade no mercado agrícola, além do desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Imprensa

O maior evento multissetorial da comunicação barriga-verde está programado para o dia 3 de agosto deste ano, em Chapecó. O 15º Encontro da Imprensa Catarinense, organizado pela Associação Catarinense de Imprensa/Casa do Jornalista e MB Comunicação, reunirá 500 profissionais de todas as regiões

catarinenses. Participarão profissionais de todas as áreas da comunicação, entre jornalistas, radialistas, radiodifusores, publicitários, relações públicas, mídias, docentes, columnistas, influenciadores digitais, cinegrafistas, técnicos, empresários e proprietários de meios de comunicação.

Hospital de Custódia

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ingressou com um novo pedido de concessão de liminar para evitar o fechamento do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP). O pedido foi feito pela 6ª Promotoria de Justiça da

Capital ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC). A Promotoria de Justiça, com atuação na área de execução penal, fez o pedido com base em um novo precedente do Supremo Tribunal Federal (STF) que autorizou o Estado do Rio de Janeiro a manter a sua instituição em funcionamento.

Devido a uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em cumprimento à Lei Antimanicomial, a portaria do Juízo de Execução Penal da Capital fez com que o HCTP parasse de receber novos pacientes em fevereiro deste ano.